

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025 PROCESSO Nº 177/2025

Edital de pregão eletrônico para contratação de empresa especializada em sonorização e decoração do Festival Literário 2025.

Secretaria Municipal de Educação

Critério de julgamento: Menor Preço por item

Característica do Objeto: Itens

Natureza da Licitação: Normal

Licitação exclusiva para empresas enquadradas como ME ou EPP embasado na Lei Complementar nº 147/2014 de 07 de agosto de 2014.

Modo de disputa: Aberto

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: www.pregaobanrisul.com.br, no dia 21 de julho de 2025, às 08h, podendo as propostas e os documentos serem enviados até às 07h59min da data de abertura, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília/DF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALVADOR DO SUL/RS, no uso de suas atribuições, torna público aos interessados que realizará licitação, destinada ao recebimento de proposta para contratação de empresa especializada em sonorização e decoração do Festival Literário 2025. As especificações detalhadas encontram-se no ANEXO I - Termo de Referência, que acompanha este Edital. Regem a presente licitação, a Lei Federal nº. 14.133/2021, os Decretos Municipais nº 3695/2023 e 3698/2024, bem como a Lei Complementar Federal nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis.

Esta licitação será conduzida pelo Pregoeiro Oficial e equipe de apoio designados pela Portaria Municipal nº 15.218/2023.

1 - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada em serviços de sonorização e decoração para o Festival Literário 2025 — Histórias que conectam, a ser realizado no dia 15 de agosto de 2025, no Ginásio Poliesportivo do Parque Municipal Affonso Christóvão



Wallauer, em Salvador do Sul, conforme as condições e exigências mínimas estabelecidas no Termo de Referência Anexo I.

- **1.2** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3 As empresas interessadas em realizar visita técnica, que ocorrerá até 02° dia útil anterior ao da abertura da licitação, deverá agendar a mesma, através da Secretaria Municipal de Educação, pelo fone 0800 455 8282.

2 - CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

- **2.1** Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.
- **2.2** As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: www.pregaobanrisul.com.br
- **2.3** É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:
- 2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- 2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizarse pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- 2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e
- 2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 2.4 Não poderão disputar licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:
- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na



licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.
- **2.5** O impedimento de que trata a alínea "a" do item 2.3, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- **2.6** Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

3 – ENVIO DAS PROPOSTAS

3.1. As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando o item 4 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

OBS: Nos termos do art. 63, II, da Lei n. 14.133/2021, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

- 3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;



- 3.3.3 não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.3.5 O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação;
- **3.4** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- **3.5** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 3.5.1 Quando for o caso, no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.5.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- **3.6** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- **3.7** Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 02 (duas) horas.
- **3.8** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- **3.9** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 - PROPOSTA

- **4.1** O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.
- **4.2** Os licitantes deverão registrar e inserir suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes dos Anexos II Modelo de Proposta Comercial, com a indicação dos valores unitários e totais



dos itens, englobando a tributação e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas, para o fiel cumprimento do objeto licitado.

- **4.3** Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para o fornecimento do objeto licitado, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação por parte do licitante.
- **4.4** Após a negociação do preço, o pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada (Modelo Anexo II).
- 4.4.1 No anexo da proposta resultante de lances deverá constar, sob pena de desclassificação da proposta:
- a) nome da empresa;
- b) número de CNPJ;
- c) numeração do item;
- d) descrição completa do produto ofertado;
- e) valor unitário de cada item;
- f) valor total para cada item, ou seja, a multiplicação das quantidades pelos respectivos preços unitários, expresso em reais, com 02 (duas) casas decimais, englobando a tributação, os custos de entrega, quando for o caso, e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

5 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- **5.1** Será exigida documentação de habilitação somente do licitante vencedor.
- 5.1.1 Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, num prazo de até 02 (duas) horas contados da classificação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando o procedimento disposto no item 3 deste Edital:

5.1.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



5.1.3 - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- b) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- c) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

5.1.4 – HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

5.1.5 - HABILITAÇÃO TÉCNICA

- a) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- b) Um atestado de capacidade técnica, devidamente assinado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove haver a licitante fornecido, com bom desempenho, objeto compatível com o desta licitação.

OBS: O referido atestado de capacidade técnica deverá conter a Razão Social de ambas as empresas (contratante e contratada).

5.1.6 – DEMAIS DECLARAÇÕES ASSINADAS POR REPRESENTANTE LEGAL

Declarações, sob as penas da Lei, subscritas pelo representante legal da empresa, especificando o que segue abaixo:

- a) Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Cláusula 2.4 do Edital;
- c) Que atende a norma no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos;
- d) Que tem pleno conhecimento do edital, aceitando todas as condições estabelecidas no mesmo;
- e) Da inexistência, no quadro da empresa, de sócios com vínculos de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de servidores que atuem na Secretaria de Licitações e Contratos; na Secretaria/Diretoria, servidor responsável pela



elaboração de projeto básico; ou relação de parentesco com o Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Diretores Municipais.

- f) Que, sob as penas da lei, a empresa cumpre os requisitos legais para a qualificação como () microempresa ou () empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Federal nº 8538/2015 artigo 11. (Para Micro ou empresa de pequeno porte, se for o caso, marcar com um "X" na opção correta).
- g) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

OBS.: As condições estabelecidas da letra "a" até "g", poderão estar descritas em um único documento (original), em uma via, constando (CNPJ – ENDEREÇO- RAZÃO SOCIAL – NÚMERO DA LICITAÇÃO, e assinatura do representante legal da empresa).

- **5.2** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- **5.3** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6 – ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- **6.1** No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.
- **6.2** O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.
- **6.3** A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.
- **6.4** Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.



7. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- **7.1** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
- **7.2** Serão desclassificadas as propostas que:
- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- 7.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- **7.3** A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
- **7.4** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.
- **7.5** As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.6- Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.
- **7.7** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:
- 7.7.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.
- 7.7.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.7.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.



- 7.7.4 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 100,00 (cem reais) no valor unitário para o item 01 e de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para o item 02, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.
- 7.7.5 Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado;
- 7.7.6 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.7.7 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

8. MODO DE DISPUTA

- **8.1** Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as seguintes regras:
- **8.2** A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.2.1 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 8.2.2 Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- **8.3** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
- **8.4** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- **8.5** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.salvadordosul.rs.gov.br aba licitações.

9. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO



- **9.1** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.
- **9.2** A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive nova planilha de custos adequada ao último lance ofertado, ou ao valor negociado, conforme o caso, e demais que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.
- **9.3** Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.
- 9.4 Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.
- 9.5 Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

10. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

- **10.1** Os documentos de habilitação, de que trata o item 5, enviados nos termos do item 3.1, todos deste edital, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.
- 10.2 As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.
- 10.3 A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
- **10.4** A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- **10.5** Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.
- **10.6** Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.



11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- **11.1** Qualquer empresa licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, cujo o prazo será de 20 (vinte) minutos após a abertura do prazo no sistema eletrônico, sob pena de preclusão.
- **11.2** Tendo a licitante manifestado a intenção, lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:
- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.
- **11.3** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- **11.4** Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do item 13.2 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:
- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.
- 11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
- **11.7** O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

- **12.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;



d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente

adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

14.1 - Após a homologação, o adjudicatário será convocado para no prazo de 05 (cinco) dias, assinar o

contrato.

14.2 - O prazo de que trata o item 14.1 poderá ser prorrogado uma vez e pelo mesmo período, desde que

seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

14.3 - Na hipótese de o vencedor da licitação se recusar a assinar o contrato, outro licitante será

convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para

habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar

o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções.

15- DA PRESTAÇÃO/EXECUÇÃO CONTRATUAL

15.1 – A entrega e/ou instalação do objeto deverá ser efetuada conforme Termo de Referência.

15.2 - Verificada alguma desconformidade ou problema de instalação, a licitante vencedora deverá

promover as correções necessárias imediatamente, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

15.3 - O Município exercerá a gerência e fiscalização do Contrato através da Servidora Camila Haupt,

matrícula nº 2195.

16 - DO PAGAMENTO

16.1 - O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a entrega definitiva do

objeto e apresentação da devida nota fiscal, correndo a despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

40 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

1 - EDUCAÇÃO MDE

12.392.0054.2124.0000 - PROMOÇÃO DA FEIRA DO LIVRO

3.3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 4079 Recurso 20 - MDE - Reserva n.º 67

16.2. A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do

número do processo, número do pregão e do contrato, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do

material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.



MUNICÍPIO DE SALVADOR DO SUL

Estado do Rio Grande do Sul

- **16.3** Conforme Decreto Municipal n° 3.459 de 17 de março de 2022, os documentos fiscais referentes ao faturamento das operações realizadas deverão ser adaptados e deverá constar obrigatoriamente destacado na nota fiscal:
- 16.3.1 a retenção do IRRF a ser retido pelo Município; e
- 16.3.1 informação na NF caso a entidade ou empresa (Pessoa Jurídica) enquadre-se nas hipóteses em que não haverá retenção (art. 4° da IN RFB n° 1.234/2012).
- **16.4** Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo INPC do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pró-rata.

17 - DAS PENALIDADES

- **17.1** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 1) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei n° 12.846, de 1° de agosto de 2013. 19.2.
- **17.2** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 18.1 deste edital as seguintes sanções:
- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- **17.3** As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 17.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.
- **17.4** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 17.2 do presente Edital.
- 17.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- **17.6** A aplicação das sanções previstas no item 17.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- **17.7** Na aplicação da sanção prevista no item 17.2, alínea "b", do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 17.8 Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 17.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- **17.9** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- **17.10** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- 17.11 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- **17.12** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;



MUNICÍPIO DE SALVADOR DO SUL

Estado do Rio Grande do Sul

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos

definidos neste artigo.

17.13 - A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "c" e "d" do item 17.2 do presente Edital exigirá,

como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de

programa de integridade pelo responsável.

18 - PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

18.1- Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações

poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão

pública, exclusivamente por meio do seguinte endereço eletrônico: https://pregaobanrisul.com.br/

18.2 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio

eletrônico: https://pregaobanrisul.com.br/ e no sitio eletrônico da Administração Municipal.

18.3 - O Pregoeiro ou a Equipe de Apoio, quando o substituir, responderá ao pedido de esclarecimento

ou à impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao

último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos

responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

18.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que

deverá ser motivada pelo Pregoeiro ou a Equipe de Apoio quando o substituir, no processo de licitação.

19- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições

contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da

Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial

atualizado do contratado.

19.2 - Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de

fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

19.3 - A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da

presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº

14.133/2021.



MUNICÍPIO DE SALVADOR DO SUL

Estado do Rio Grande do Sul

19.4 - Fica eleito o Foro da Comarca de Montenegro-RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Este processo foi analisado, sob o prisma jurídico-formal, e se acha aprovado pela assessoria jurídica, podendo ter regular prosseguimento.

Salvador do Sul, 02 de julho de 2025
José Laerce Morales Cezar
Prefeito Municipal



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Município de Salvador do Sul

Secretaria Municipal de Educação

Necessidade da Administração: contratação de empresas para sonorização e decoração do Festival Literário 2025 — Histórias que Conectam, que ocorrerá no dia 15 de agosto de 2025 no Ginásio Poliesportivo Municipal de Salvador do Sul localizado no Parque Municipal Affonso Christóvão Wallauer.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresas para sonorização e decoração do Festival Literário 2025 — Histórias que Conectam, que ocorrerá no dia 15 de agosto de 2025 no Ginásio Poliesportivo Municipal de Salvador do Sul localizado no Parque Municipal Affonso Christóvão Wallauer, conforme segue Estudo Técnico Preliminar e seu anexo com descrição específica da decoração.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
01	DECORAÇÃO DO FESTIVAL LITERÁRIO 2025 — HISTÓRIAS QUE	01	UNIDADE
	CONECTAM, QUE OCORRERÁ NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2025		
	NO GINÁSIO POLIESPORTIVO MUNICIPAL DE SALVADOR DO		
	SUL LOCALIZADO NO PARQUE MUNICIPAL AFFONSO		
	CHRISTÓVÃO WALLAUER, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA		
	EM ANEXO.		
02	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SONORIZAÇÃO PARA	01	UNIDADE
	AMBIENTE INTERNO CONTENDO OS ITENS:		
	SONORIZAÇÃO:		
	8 QUIT SLIM (MONTADOS COM DELAY)		
	2 RETORNOS		
	3 MICROFONES SEM FIO		
	1 MESA DIGITAL		
	1 MICROFONE HEADSET (SEM FIO)		
	2 SUPORTE PARA MICROFONE (PEDESTAL)		
	OBS: FIOS, CABOS, PEDESTAIS E DEMAIS MATERIAIS		
	NECESSÁRIOS DEVEM ESTAR INCLUSOS, ASSIM COMO		
	TRANSPORTE, MONTAGEM, DESMONTAGEM E EQUIPE		



TÉCNICA DURANTE TODA A REALIZAÇÃO DO EVENTO.

OBS: A DESCRIÇÃO ACIMA APRESENTADA É TIDA COMO REFERÊNCIA DA NECESSIDADE DA CONTRATANTE, DEVENDO CONSIDERADA COMO **FORMA** MÍNIMA EQUIPAMENTOS QUE DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS E DEVE TAMBÉM SER DESCONSIDERADAS AS **MARCAS EQUIPAMENTOS** QUE PORVENTURA **ESTIVEREM** NA DESCRIÇÃO.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Justifica-se a contratação de empresas especializada em decoração e sonorização para o Festival Literário em Salvador do Sul tendo em vista a expertise e criatividade no processo, já que empresas de decoração têm experiência em criar ambientes temáticos que se alinham com o tema proposto. Além disso, economiza-se tempo, fazendo com que a equipe se concentre em outras áreas que merecem atenção durante o Festival Literário como a programação em si, logística e atrações.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a contratação de Contratação de empresas para sonorização e decoração do Festival Literário 2025 – Histórias que Conectam, que ocorrerá no dia 15 de agosto de 2025 no Ginásio Poliesportivo Municipal de Salvador do Sul localizado no Parque Municipal Affonso Christóvão Wallauer.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O serviço tem natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Requisitos:

- Equipamentos de sonorização de qualidade e de acordo com o descrito neste estudo, incluindo toda a questão de cabeamento, montagem que deve estar pronta no dia 15 de agosto até às 8h e desmontagem após o evento, por volta das 22h ou manhã do dia 16 de agosto, sujeito a penalização pelo fiscal se não estiver de acordo;
- Clareza na comunicação oral: Garantia que todas as falas, narrações e apresentações

ÍPIO DE SALVADOR

MUNICÍPIO DE SALVADOR DO SUL Estado do Rio Grande do Sul

realizadas por alunos, professores e convidados sejam ouvidas com nitidez em todo o ambiente do

ginásio, sem ruídos, microfonias ou distorções.

• Executar a decoração de acordo com descrição anexa, com flores e folhagens naturais e de excelente

qualidade, com Livros em bom estado, o processo será acompanhado pelo fiscal e sob supervisão

contínua dos técnicos da Secretaria Municipal de Educação, para garantir que fique de acordo com o

esperado e solicitado, sujeito a penalização pelo fiscal se não estiver de acordo;

• A decoração deverá se enquadrar no Tema: "Histórias que Conectam" e estar de acordo com as

ideias previstas na descrição em anexo, em caso de dúvida a Secretaria de Educação estará à

disposição;

• A Paleta de cores deverá ser: verde, preto e branco envelhecido mais flores de cores diversas;

A decoração deverá iniciar no dia 13 de agosto de 2025 e estar finalizada até o início do evento que

ocorre na manhã do dia 15 de agosto de 2025 e retirada no dia 18 de agosto. OBS: A CORTINA QUE

COBRE O FUNDO DO PALCO DEVE SER COLOCADA NO DIA 06 DE AGOSTO E PERMANECER ATÉ O DIA

18 DO MESMO MÊS (CORTINA PRETA EM TECIDO OXFORD COM 6M DE ALTURA E 22 DE

COMPRIMENTO COM FRANZIDO POR TODO O PALCO).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresas para sonorização e decoração do Festival Literário 2025 - Histórias que

Conectam, que ocorrerá no dia 15 de agosto de 2025 no Ginásio Poliesportivo Municipal de Salvador

do Sul localizado no Parque Municipal Affonso Christóvão Wallauer conforme descrição do Estudo

Técnico Preliminar e seu anexo.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A CONTRATANTE exercerá a fiscalização do presente contrato através da Sra. Camila Haupt, Matrícula

2195, servidora responsável, observando que o profissional a ser designado para a execução dos

serviços contratados deverá observar rigorosamente as orientações expedidas pela Secretaria

Municipal da Educação.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 21.039,84 (vinte e um mil e trinta e nove

com oitenta e quatro centavos) conforme orçamento enviado e anexo a este Termo de Referência.



Chegou-se ao preço médio através pesquisa de preços diretamente com fornecedores através de solicitação via e-mail conforme documentos em anexo tendo em vista a especificidade de alguns itens. A pesquisa de preços também ocorreu através de pesquisas no Licitacon.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	DECORAÇÃO DO FESTIVAL LITERÁRIO			R\$ 16.223,18	R\$ 16.223,18
	2025 – HISTÓRIAS QUE CONECTAM, QUE				
	OCORRERÁ NO DIA 15 DE AGOSTO DE				
	2025 NO GINÁSIO POLIESPORTIVO				
	MUNICIPAL DE SALVADOR DO SUL				
	LOCALIZADO NO PARQUE MUNICIPAL				
	AFFONSO CHRISTÓVÃO WALLAUER,				
	CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA EM				
	ANEXO.				
	OBS: CORTINAS QUE COBREM O FUNDO DO PALCO				
	EM TECIDO OXFORD PRETO DEVEM SER				
02	COLOCADAS NO DIA 06 DE AGOSTO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE			R\$ 4.816,66	R\$ 4.816,66
02	SONORIZAÇÃO PARA AMBIENTE			1,5 4.810,00	1,5 4.810,00
	INTERNO CONTENDO OS ITENS:				
	SONORIZAÇÃO:				
	8 QUIT SLIM (MONTADOS COM DELAY)				
	2 RETORNOS				
	3 MICROFONES SEM FIO				
	1 MESA DIGITAL				
	1 MICROFONE HEADSET (SEM FIO)				
	2 SUPORTE PARA MICROFONE				
	(PEDESTAL)				
	OBS: FIOS, CABOS, PEDESTAIS E DEMAIS				
	MATERIAIS NECESSÁRIOS DEVEM ESTAR				
	INCLUSOS, ASSIM COMO TRANSPORTE,				
	MONTAGEM, DESMONTAGEM E EQUIPE				
	TÉCNICA DURANTE TODA A REALIZAÇÃO				
	DO EVENTO.				
	OBS: A DESCRIÇÃO ACIMA				
	APRESENTADA É TIDA COMO				
	REFERÊNCIA DA NECESSIDADE DA				
	TELENCIA DA NECESSIDADE DA				



	CONTRATANTE, DEVENDO SER			
	CONSIDERADA COMO FORMA MÍNIMA			
	DE EQUIPAMENTOS QUE DEVERÃO			
	ESTAR DISPONÍVEIS E DEVE TAMBÉM			
	SER DESCONSIDERADAS AS MARCAS DE			
	EQUIPAMENTOS QUE PORVENTURA			
	ESTIVEREM NA DESCRIÇÃO.			
1	1	[l	l

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

Conforme disposto no item 4, o futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 21.039,84 (vinte e um mil e trinta e nove com oitenta e quatro centavos) conforme orçamento enviado e anexo a este Termo de Referência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária:

- 40 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
- 1 EDUCAÇÃO MDE
- 12.392.0054.2124.0000 PROMOÇÃO DA FEIRA DO LIVRO
- 3.3.3.90.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA 4079 Recurso 20 MDE Reserva n.º 67



DECORAÇÃO FESTIVAL LITERÁRIO 2025

Tema: "Histórias que Conectam"

Um festival que valoriza o poder dos livros de unir gerações, culturas e ideias.

Paleta de cores: Verde, preto, branco envelhecido.

Local: Ginásio Poliesportivo Municipal de Salvador do Sul localizado no Parque Municipal Affonso

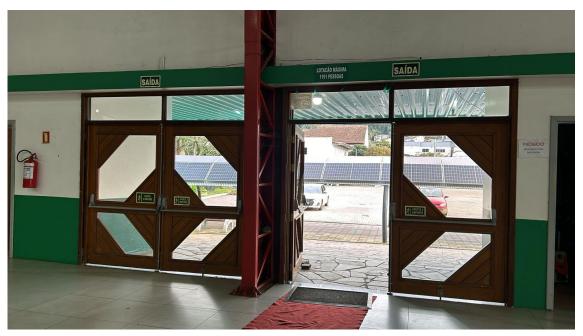
Christóvão Wallauer em Salvador do Sul.

Data: 15 de agosto de 2025

Início da decoração: colocação do cortinado em tecido Oxford preto, medindo 6m de altura e 22m de comprimento, franzido por todo o palco deve ser colocado no dia 06 de agosto e permanecer até o dia 16 do mesmo mês. Demais itens da decoração iniciam no 13 de agosto de 2025, **desmontagem no dia 18 de agosto (segunda-feira).**



ENTRADA DO GINÁSIO:





Tamanho: Largura 5,90 - Altura 2,90

Interno:

01 Cortinado longo para isolamento na cor preta, de 6x6 com amarração aos lados.

Lateral esquerda da entrada: forração esticada em preto em tecido Oxford Tamanho 3,0 x 2,70m Lateral direita e esquerda da entrada: forração esticada em preto 3 x 2,70m em Tecido Oxford + passagem da entrada.

Decoração de entrada na porta direita formando um caminho com uma estrutura de 2,5m de comprimento e 3m de largura, com folhagens verdes e flores do campo, margaridas e



mosquitinho(naturais) nas laterais do caminho (por todas laterais), a uma altura de aproximadamente 3,20, no teto deste caminho galhos decorados com piscas de led quente em volta, livros e folhas de plátano caindo conforme mescla das 3 imagens abaixo.



Imagem de Referência:

Entrada: laterais formando caminho de 2,5m de comprimento (tipo passagem)



No teto do caminho galhos com piscas de led quente, livros e plátanos pendentes.





Luzinhas em volta dos galhos





Ao final do caminho: painel branco (deve ficar apoiado no chão de frente à entrada) de 4m de comprimento e 2,80m de altura aproximadamente com imagem de árvore conforme segue imagem abaixo e frases da Alice no País das Maravilhas em papel envelhecido, forrado no verso com tecido branco e folhagens para compor a estética.

Imagem de referência:



Frases preferidas em negrito:

"Se você não sabe para onde está indo, qualquer caminho serve."

"O segredo querida Alice, é rodear-se de pessoas que te façam sorrir o coração. Então, só então que estarás no país das maravilhas."

- "Não posso voltar para ontem, porque eu era uma pessoa diferente naquela época."
- "Eu não sou louco, minha realidade é apenas diferente da sua."
- "A única maneira de conseguir o impossível é acreditar que ele é possível."
- "Neste lugar, somos todos um pouco loucos e isso é maravilhoso."
- "O tempo não espera por ninguém... mas a imaginação, sim."
- "Corra atrás dos seus sonhos, mesmo que eles comecem com um coelho atrasado."
- "Algumas vezes, o caminho mais estranho nos leva ao lugar mais encantador."
- "Ser diferente não é loucura... é apenas ser você."
- "Aventure-se. Os melhores lugares são aqueles onde a lógica não mora."
- "A imaginação é o único país onde vale a pena se perder."
- "Às vezes, para encontrar a porta certa, é preciso encolher um pouquinho."
- "Livros sem figuras nem diálogos? Prefiro os que me levam para outros mundos!"



"Você já parou para se perguntar: quem é você, de verdade?"

"O impossível é só o que ainda não foi sonhado."

"Seja tão gentil quanto uma xícara de chá e tão ousado quanto um salto no buraco do coelho." (Usar as frases conforme necessidade.)



DECORAÇÃO DO PALCO:



Tamanho do palco: 22 metros de comprimento x 06 metros de altura aproximadamente coberto com cortinado longo em tecido Oxford cobrindo o fundo do palco na cor preta, franzido em toda sua extensão.

OBS: Esta cortina deve ser colocada no dia 06 de agosto e ficar lá até a data do Festival. Ressaltase que a estrutura contempla duas portas, que deverão manter acesso livre, com passagens integradas ao tecido.

Em frente ao palco cobrir parte verde com papel pardo contendo a escrita: Festival Literário 2025 centralizado + Folhagens no chão + margaridas+ folhas de plátano caídas no chão e flores do campo para compor (cerca de 22m de comprimento e de 1,20 de altura).

02 vasos com árvore de folhas de livros conforme imagem medindo aproximadamente 2,60 de altura, em cima do palco, uma de cada lado.

Imagem de referência:





Cantinho da autora

Uma mesa, fornecida pela contratante, será decorada com um arranjo de flores naturais, criando um ambiente acolhedor. Ao lado, um painel fotográfico com o tema do festival — *Histórias que Conectam* — com aproximadamente 1 metro de altura por 1,50 metro de largura, será disposto sobre um pedestal. Ao fundo, biombos com cortinas em tecido branco ou preto, medindo 2x2 metros, que garantirão um acabamento elegante e adequado para as fotos. O espaço será complementado por um tapete, reforçando o clima aconchegante e convidativo do ambiente.

Imagem de Referência:



Painel para fotos





Tema: HISTÓRIAS QUE CONECTAM

Todas as folhagens e flores devem ser naturais

Despesas com mão de obra.

As despesas com deslocamento, alimentação, impostos deverão estar incluídas no valor.

OBS: Toda a decoração será composta por elementos naturais, respeitando a proposta sensorial do evento. Flores vivas, folhas e galhos reforçarão o vínculo com a natureza, enquanto a iluminação quente e os detalhes em papel envelhecido trarão aconchego e encantamento. A ambientação não apenas embeleza, mas convida à reflexão, ao encontro e à experiência imersiva com as histórias que conectam.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025 PROCESSO Nº 177/2025 ANEXO II

PROPOSTA FINANCEIRA

Empresa:	
CNPJ:	
Endereço:	
Responsáve	el que assinará o Contrato:
CPF:	
Endereço:	

Telefone Contato:

E-mail:

QUE DE 1 SALV AFFG ESPE OBS: OXFG CON INTE SON 8 QU 2 RE 3 MI 1 ME	Descrição CORAÇÃO DO FESTIVAL LITERÁRIO 2025 — HISTÓRIAS JE CONECTAM, QUE OCORRERÁ NO DIA 15 DE AGOSTO 2025 NO GINÁSIO POLIESPORTIVO MUNICIPAL DE LVADOR DO SUL LOCALIZADO NO PARQUE MUNICIPAL FONSO CHRISTÓVÃO WALLAUER, CONFORME PECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA. S: CORTINAS QUE COBREM O FUNDO DO PALCO EM TECIDO FORD PRETO DEVEM SER COLOCADAS NO DIA 06 DE AGOSTO.	UN	1,0000	VIr Uni – R\$ 16.223,18	Valor Ofertado – R\$
QUE DE 1 SALV AFFG ESPE OBS: OXFG CON INTE SON: 8 QU 2 RE' 3 MI 1 ME 1 MI	JE CONECTAM, QUE OCORRERÁ NO DIA 15 DE AGOSTO 2025 NO GINÁSIO POLIESPORTIVO MUNICIPAL DE LVADOR DO SUL LOCALIZADO NO PARQUE MUNICIPAL FONSO CHRISTÓVÃO WALLAUER, CONFORME PECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA. S: CORTINAS QUE COBREM O FUNDO DO PALCO EM TECIDO FORD PRETO DEVEM SER COLOCADAS NO DIA 06 DE AGOSTO.	UN	1,0000	16.223,18	
INTE SON 8 QU 2 RE [*] 3 MI 1 ME 1 MI					
DEVI MON A RE OBS: REFE CON	NTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SONORIZAÇÃO PARA AMBIENTE TERNO CONTENDO OS ITENS: NORIZAÇÃO: QUIT SLIM (MONTADOS COM DELAY) ETORNOS MICROFONES SEM FIO MESA DIGITAL MICROFONE HEADSET (SEM FIO) UPORTE PARA MICROFONE (PEDESTAL) S: FIOS, CABOS, PEDESTAIS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS VEM ESTAR INCLUSOS, ASSIM COMO TRANSPORTE, DNTAGEM, DESMONTAGEM E EQUIPE TÉCNICA DURANTE TODA REALIZAÇÃO DO EVENTO. S: A DESCRIÇÃO ACIMA APRESENTADA É TIDA COMO FERÊNCIA DA NECESSIDADE DA CONTRATANTE, DEVENDO SER NSIDERADA COMO FORMA MÍNIMA DE EQUIPAMENTOS QUE VERÃO ESTAR DISPONÍVEIS E DEVE TAMBÉM SER	UN	1,0000	4.816,66	



	, de _	de 2025.
Assinatura:		
Carimbo da empresa		



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025 PROCESSO Nº 177/2025 MINUTA DE CONTRATO N XX/2025

O MUNICÍPIO DE SALVADOR DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o
n° 87.860.763/0001-90, com sede na Avenida Duque de Caxias, 422, Bairro Centro, neste ato
representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Laerce Morales Cezar, brasileiro, solteiro, residente e
domiciliado na Avenida Duque de Caxias, nº 357, apt. 402, Bairro Centro, Salvador do Sul - RS,
inscrito no CPF sob nº. 651.150.230-91, a seguir denominado simplesmente CONTRATANTE e, de
outro lado, a Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na Rua, nº, Bairro
, Estado, representada pelo(a) Sr(a), portador(a) do CPF nº,
doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm justo e contratado, o que adiante segue,
mediante as seguintes cláusulas e condições e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de
abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato,
decorrente do Pregão Eletrônico nº 024/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- **1.1** O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em sonorização e decoração do Festival Literário 2025. nas condições estabelecidas no Termo de Referência do Edital.
- **1.2** Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
ххх	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	ххх	ххх	хххх	xxxxx
TOTAL XX					ххххх

- 1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1 O Termo de Referência;
- 1.3.2 O Edital da Licitação;
- 1.3.3 A Proposta do contratado;
- 1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO/EXECUÇÃO CONTRATUAL

2.1 – A entrega e/ou instalação do objeto deverá ser efetuada conforme Termo de Referência.



- **2.2** Verificada alguma desconformidade ou problema de instalação, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias imediatamente, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.
- 2.3 O Município exercerá a gerência e fiscalização do Contrato através da Servidora Camila Haupt.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1 O valor total da contratação é de R\$..... (....)
- **3.2** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO

- **4.1** O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a entrega definitiva do objeto e apresentação da devida nota fiscal, correndo a despesa nas seguintes dotações orçamentárias:
- 40 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
- 1 EDUCAÇÃO MDE
- 12.392.0054.2124.0000 PROMOÇÃO DA FEIRA DO LIVRO
- 3.3.3.90.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA 4079 Recurso 20 MDE Reserva n.º 67
- **4.2**. A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e do contrato, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
- **4.3** Conforme Decreto Municipal n° 3.459 de 17 de março de 2022, os documentos fiscais referentes ao faturamento das operações realizadas deverão ser adaptados e deverá constar obrigatoriamente destacado na nota fiscal:
- 4.3.1 a retenção do IRRF a ser retido pelo Município; e
- 4.3.1 informação na NF caso a entidade ou empresa (Pessoa Jurídica) enquadre-se nas hipóteses em que não haverá retenção (art. 4° da IN RFB n° 1.234/2012).
- **4.4** Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo INPC do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pró-rata.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- **5.1** São obrigações do Contratante:
- 5.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos:
- 5.1.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



- 5.1.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 5.1.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado:
- 5.1.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o <u>art. 143 da Lei nº 14.133</u>, de 2021;
- 5.1.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 5.1.8 Aplicar, se for o caso, ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 5.1.9 Cientificar a Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 5.1.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 5.1.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- **6.1** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- **6.2** Entregar o objeto de acordo com o descritivo no Termo de Referência;
- **6.3** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- **6.4** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- **6.5** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



- **6.6** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- **6.7** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- **6.8** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Registro Cadastral, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;
- **6.9** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- **6.10** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- **6.11** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- **6.12** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- **6.13** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- **6.14** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- **6.15** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- **6.16** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo



complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

- **6.17** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- **6.18** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- **6.19** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- **6.20** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- **6.21** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- **6.22** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA OITAVA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **8.1** Comete infração administrativa, nos termos da <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei nº 12.846, de 1° de agosto de 2013.
- 8.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2°, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4°, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5°, da Lei n° 14.133, de 2021).

iv. Multa:

- 1. moratória de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 2. moratória de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 6% (seis por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 3. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- **8.3** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9°, da Lei nº 14.133, de 2021)
- **8.4** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7°, da Lei n° 14.133, de 2021).
- 8.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 8.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8°, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



- **8.5** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do <u>art. 158</u> <u>da Lei nº 14.133, de 2021</u>, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1°, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- **8.7** Os atos previstos como infrações administrativas na <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na <u>Lei nº 12.846, de 2013</u>, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (<u>art. 159</u>).
- **8.8** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- **8.9** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- **8.10** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do <u>art. 163 da Lei nº 14.133/21</u>.
- **8.11** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.



CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- **9.1** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 9.2 As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.
- 9.3 A extinção do contrato poderá ser:
- I determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- **9.4** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no <u>artigo 137 da Lei nº 14.133/21</u>, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS

10.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei <u>nº</u> <u>14.133, de 2021</u>, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na <u>Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor</u> – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES

- **11.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos <u>arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.</u>
- **11.2** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- **11.3** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do <u>art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021</u>.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO



12.1 - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no <u>art. 94 da Lei 14.133, de 2021</u>, bem como no respectivo sítio oficial na Internet- Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Montenegro/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1°, da Lei nº 14.133/21.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO